



KRUPSKAYA, A “ESTRELA VERMELHA”: EDUCAÇÃO ESCOLAR E A EMANCIPAÇÃO FEMININA

BRITO, Flávia Lorena¹
CAETANO, Edson²

RESUMO: O aumento das traduções de textos russos no pós-centenário da Revolução Russa (2017) tem permitido um maior contato com as ideias de Nadezhda Krupskaya, pedagoga russa que discutiu sobre a educação escolar no período pré-revolucionário e foi encarregada do Comissariado do Povo para a Instrução Pública (NarKomPros) após a Revolução. Para o presente artigo, foram analisados, além dos textos que trazem reflexões da autora, publicados em 2017 no Brasil, documentos oficiais de seus programas para a educação, que nos dão mostras de sua preocupação em formar “novos sujeitos” para uma sociedade de novo tipo, que não poderia comportar a inferiorização da mulher trabalhadora, herança da sociedade patriarcal capitalista. É em torno da escola livre e da escola do trabalho que Krupskaya estabelece as bases da educação socialista, que contribuiria com a construção e sedimentação da União Soviética e impediria os avanços dos países imperialistas e da contrarrevolução interna. Acreditamos que, mais que textos que refletem um acontecimento histórico datado, refletir sobre uma educação libertadora para a classe trabalhadora e desvinculada das amarras do patriarcado nos permite pensar no quão limitador é o modelo de educação burguês, e que a educação é importante instrumento de luta de classes.

PALAVRAS-CHAVE: Krupskaya, Revolução Russa, Emancipação Feminina, Escola Livre, Trabalho e Educação.

KRUPSKAYA, THE “RED STAR”: SCHOOL EDUCATION AND FEMALE EMANCIPATION

ABSTRACT: The increased translation of Russian texts in the post-centenary of the Russian Revolution (2017) has allowed for greater contact with the ideas of Nadezhda Krupskaya, a Russian pedagogue who

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT. Mestre em Educação pela UNEMAT; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação. E-mail: flaviaaui@yaho.com.br

² Docente do Instituto de Educação da UFMT, campus Cuiabá. Doutor em Educação pela UNICAMP; líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação. E-mail: caetanoeson@hotmail.com

discussed pre-revolutionary school education and was a member of the Commission by the People for Public Instruction (NarKomPros) after the Revolution. For the present article, besides the texts that bring reflections of the author, published in 2017 in Brazil, were analyzed official documents of their programs for education, which show us their concern to form “new subjects” for a new society, such that it could not include the inferiorization of the working woman, inheritance of the capitalist patriarchal society. It is around the free school and of the work school that Krupskaya lays the foundations of socialist education, which would contribute to the building and sedimentation of the Soviet Union and prevent the advance of imperialist countries and internal counterrevolution. We believe that, rather than texts that reflect a dated historical event, reflecting on a liberating education for the working class and detached from the shackles of patriarchy allows us to think about how limiting the bourgeois model of education is, and that education is an important instrument of class struggle.

KEYWORDS: Krupskaya, Russian Revolution, Female Emancipation, Free School, Work and Education.

“No Estado burguês - seja uma monarquia ou uma república, não importa - a escola é um instrumento de subjugação intelectual de amplas massas nacionais”
KRUPSKAYA, 2017, p. 65

1. Introdução

Desde 2017, ano do centenário da Revolução Russa, percebe-se um crescimento de debates envolvendo a temática, que é considerada por muitos historiadores como o mais importante e influente acontecimento histórico da contemporaneidade (HOBSBAWM, 1995, p. 62; REED, 2002, p. 33), e o nome de Nadezhda Krupskaya tem se sobressaído em discussões e reflexões sobre educação para a formação de uma sociedade de novo tipo. Isso porque Krupskaya envolveu-se diretamente na criação e elaboração de programas e currículos escolares no período da Revolução, tendo deixado textos em documentos que, para além de um pragmatismo bolchevique, permite-nos uma profunda reflexão dos usos e abusos a que a escola na sociedade capitalista nos submete, desnaturalizando e propondo que, por meio da apropriação consciente da escola, é possível a formação de novos sujeitos.

Nadezhda Konstantinovna Krupskaya, pedagoga russa, nasceu em Petesburgo em 1869 e faleceu em Moscou no ano de 1939, aos 70 anos. O aumento de novas traduções de textos de Krupskaya no pós-centenário da Revolução Russa nos permite traçar novas reflexões,



e desobscurece a imagem daquela que, por décadas, ficou conhecida por ser a esposa de Lênin, sendo que por várias vezes, autores marxistas buscaram em passagens esparsas nas obras deste, pequenos trechos onde o mesmo trata sobre educação, sendo Krupskaya ainda pouco conhecida e sua obra ainda de difícil acesso. No Brasil, a editora Expressão Popular publicou uma obra, em razão das comemorações do centenário da Revolução Russa, constituída por 24 textos, de autoria de Krupskaya, escritos entre 1899 e 1938, além de quatro anexos. O livro, *A construção da pedagogia socialista*, foi organizado por Luiz Carlos de Freitas e Roseli Salete Caldart. É com base nestes textos que trazemos nossas reflexões, focando especialmente nas questões que se referem à emancipação feminina enquanto objetivo da educação escolar, tema de bastante relevância para Krupskaya e uma das bases da construção da sociedade de novo tipo e do “novo homem”. Sublinhamos aqui que, em função de questões teóricas ligadas aos avanços nos debates de gênero e, em respeito a todo o debate construído por Krupskaya sobre a importância da emancipação feminina e de um sistema de ensino libertador, reconhecendo que sem uma educação que coloque homens e mulheres em condições de igualdade, seria impossível uma revolução socialista, não mais nos utilizaremos da expressão “novo homem” – embora tal termo apareça nas traduções brasileiras de seus textos -, e a substituiremos por “novos sujeitos”.

2. A Revolução Russa e a Preocupação com a Educação

O acirramento das contradições na Rússia czarista no início do século XX, agudizado com a entrada do país na chamada Primeira Guerra Mundial, criaram as condições necessárias para que a burguesia russa se organizasse politicamente para a derrubada do regime que colocara na miséria a quase totalidade da massa de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no campo, considerando que o país era ainda, no período, de economia eminentemente rural. A baixa produtividade do campo produzia uma massa de famintos e descontentes, que terminou por não ter outra saída que não se juntar contra o inimigo comum: o Czar e a nobreza russa que, a despeito da famigerada condição a que a população era submetida, esbanjava sua riqueza em festas e jantares suntuosos. Foi nesse contexto que ocorreu a chamada Revolução de Fevereiro de 1917, de caráter burguês, que derrubou a autocracia do Czar Nicolau II e buscou implementar uma república liberal. Este governo provisório seria derrubado em Outubro de 1917, pelo partido Bolchevique, liderado por Vladimir Lenin, e que viria a constituir-se na liderança do governo socialista soviético. Estabeleceu-se, a partir daí, um aparato oficial que buscaria



legitimar a revolução internamente, impedindo tanto os avanços dos liberais burgueses, quanto dos países que buscariam pôr fim à Revolução Socialista por meio, especialmente, do apoio à monarquia deposta, temendo que as ideias socialistas russas ressoassem.

Ao expor as chamadas teses de Abril, Lenin propagou que os ideais revolucionários deveriam se espalhar pelo mundo, declarando que os bolcheviques não mais apoiariam a guerra imperialista, e conclamando à revolução proletária internacional. As ideias socialistas, de expropriação das riquezas, ocupação de fábricas e reforma agrária, de todo poder ao povo, tendiam a ecoar, especialmente no período de guerra, onde a fome e a miséria se alastravam em nome de um imperialismo que subjugava povos e nações em função da expansão capitalista mundial. A organização do exército e dos sovietes foi imprescindível para que a Rússia mantivesse o governo revolucionário, e as instituições públicas seriam repensadas a partir desses ideais, auxiliando não apenas na garantia do apoio do povo à revolução, mas também que essa se expandisse e fortalecesse, contendo o avanço imperialista capitalista ocidental sobre os soviéticos.

Nosso foco aqui será dado às questões que envolvem a emancipação feminina, realçando a atenção dispensada, nas escolas, com relação aos seus currículos e programas, na Rússia revolucionária, por meio do Comissariado do Povo para a Instrução Pública. Obviamente as instituições refletiam os anos do governo czarista e a instrução pública não era uma preocupação de tal governo, que nem sequer garantia comida e terras à população. A ideia de escolarização pública no início do século era impregnada dos ideais burgueses, de formação para o trabalho, onde a massa de trabalhadores deveria receber instrução suficiente para ser mais facilmente controlada. Ler, escrever e fazer cálculos básicos era não apenas suficiente, mas inclusive necessário para a classe operária, posto que já se havia percebido a necessidade de que esta pudesse compreender parcamente normas de comportamento no ambiente de trabalho para que fosse submetida a elas. À classe burguesa seria destinada uma educação voltada para a formação de intelectuais, com amplo acesso às artes, literatura, ao conhecimento científico que auxiliasse na percepção de que era uma classe superior. Por outro lado, dentro da própria classe operária, as mulheres encontravam-se em situação ainda bastante inferior em relação aos homens. A elas era destinado o cuidado com o lar e com os filhos, o que se apresenta como um entrave à participação em atividades ligadas à vida pública. Em decorrência da condição de inferioridade imposta pela ideologia burguesa, a mulher operária estava submetida ao patriarcado, num duplo processo de expropriação – de classe e de sexo.



A luta contra a herança do patriarcado não seria uma luta apenas feminina, mas deveria envolver homens e mulheres, unindo-os numa luta classista. Somente avançando contra o patriarcado seria possível avançar em direção ao socialismo e arrancar as raízes danosas que os anos de governos totalitários impuseram ao povo russo. Portanto, para Krupskaya, a educação deveria visar a construção de “novos sujeitos”, pois só assim se construiria as bases de uma sociedade de novo tipo.

3. Por uma Educação Revolucionária

Seguindo a tradição marxista, o líder do partido Bolchevique, Lenin, reconhecia a indissociabilidade entre trabalho e educação, sendo, portanto, indispensável a percepção de que a educação não se resume à escola e que a dimensão educativa não está limitada à formação para o trabalho, que diminui a classe produtora à geração de mercadorias para a produção de mais-valia. Segundo Lenin, uma das

hipocrisias da burguesia é a crença segundo a qual a escola pode ser apartada da política. Vocês sabem tão bem quanto falsa essa crença é. A própria burguesia, a qual advoga esse princípio, faz sua própria política burguesa a pedra angular do sistema escolar, e tenta reduzir a escola ao treino de servos dóceis e eficientes à burguesia, reduzir a educação universal para o fim de treinar servos dóceis e eficientes para a burguesia, ou escravos e instrumentos do capital. A burguesia nunca pensou em dar à escola o sentido de desenvolver a personalidade humana (Lenin [Discurso proferido em 14/01/1919 e publicado em forma de relatório resumido no nº 13 da revista Izvestia em 19/01/1991], 2002, p.1, Apud OYAMA, 2014, p. 53).

Antes mesmo de outubro de 1917, no período pré-revolucionário, foi criado um comitê, a Comissão Estatal para a Educação, tendo como membros Krupskaya, Pokrovsky e Lepshinsky, que juntos elaboraram o documento “Princípios Fundamentais da Escola Única do Trabalho”. Deste documento, resultaria a “Declaração sobre a Escola Única do Trabalho”, contendo os princípios para uma escola socialista, que visava, além de expurgar os resquícios de uma educação burguesa excludente e alienante, a formação da classe trabalhadora, no sentido de permitir a todos e todas acesso aos conhecimentos que os levariam a perceber a realidade total, a compreensão da concreticidade, o desenvolvimento amplo da capacidade de trabalhar e



de viver coletivamente. Tal documento seria aprovado pelo Partido Bolchevique em setembro de 1918, e passariam a fazer parte do comissariado, além de Krupskaya, Pistrak e Blonsky. Krupskaya presidiu a Seção Científico-pedagógica, que era parte da Comissão Estatal Científica, cabendo a ela a elaboração dos currículos de 1º e 2º graus de 1923 e 1927 (SAVIANI, 2011).

Compreendendo a importância da formação de trabalhadores e trabalhadoras com fins à manutenção da revolução e contenção da contrarrevolução interna, a percepção ampla de Lênin sobre a educação está presente de maneira esparsa em seus escritos, panfletos e discursos, de onde se apreende, basicamente, a concepção da necessidade de uma escola da e para a classe produtora e de que esta auxilie e promova o processo de consciência de classe, condição imprescindível para o processo revolucionário, livrando o povo do ranço da educação escolar burguesa, que se constituía como um obstáculo para que a classe trabalhadora percebesse seu papel na luta socialista. Em 1919, foi criado um programa, sob a liderança de Lênin, visando estabelecer as bases da educação popular e, destacamos aqui a criação do Comissariado do Povo para a Instrução Pública, que tinha por finalidade estabelecer uma política de governo para a erradicação do analfabetismo e, a partir daí, a formação política da população em geral. Ressaltamos aqui, do Programa do Partido Comunista Russo de 1919, o trecho referente à educação, que nos permitirá uma percepção ampla sobre como o partido percebia e implementaria suas políticas voltadas para a instrução pública. Nele, destacaremos o reconhecimento da necessária superação das questões que envolvem a inferiorização feminina e das dificuldades de acesso de mulheres à instrução pública, bem como o partido pretendia vencer tal processo:

No campo da instrução pública, o PCR se dá como tarefa concluir a obra iniciada pela revolução de Outubro de 1917 – transformar a escola de um instrumento de dominação de classe nas mãos da burguesia em instrumento de destruição dessa dominação, assim como liquidar inteiramente a divisão da sociedade em classes.

No período da ditadura do proletariado, ou seja, no período em que são preparadas as condições que permitirão a realização total do comunismo, a escola não deve simplesmente se contentar em transmitir os princípios do comunismo em geral, mais ela deve ainda transmitir ao nível ideológico, organizacional e educativo a influência do proletariado sobre as camadas semiproletárias ou não proletárias das massas ativas, para educar uma geração



que seja capaz no final das contas de edificar o comunismo. A tarefa seguinte nesse processo consiste atualmente em perseguir o desenvolvimento dos fundamentos da instituição escolar e cultural que o Estado soviético criou:

1. Instituir a instrução gratuita e obrigatória, geral e politécnica (ensino da teoria e da prática dos principais ramos da produção), **para as crianças de ambos os sexos** até os 16 anos.
2. **Criar uma rede de instituições pré-escolares: creches, jardins de infância, abrigos para crianças que aperfeiçoem a educação social e facilitem a emancipação da mulher.**
3. Realizar totalmente os princípios da escola única do trabalho, liberando o ensino da língua materna; **o ensino deve ser dado igualmente às crianças de ambos os sexos**; é preciso criar uma escola absolutamente laica, ou seja, livre de toda influência religiosa, onde ocorra uma ligação estreita entre ensino e trabalho social produtivo e que garanta a marca da universalidade aos membros da sociedade comunista.
4. Fazer emergir novos quadros [trabalhadores, operários] que trabalhem no campo da educação e sejam instruídos segundo as ideias do comunismo.
5. Incitar a população trabalhadora a participar ativamente da instrução pública (desenvolvimento dos “conselhos de educação pública”, mobilização dos indivíduos que sabem ler e escrever, etc.).
6. Garantir a todos os alunos a alimentação, os uniformes e os materiais escolares às custas do Estado.
7. O Estado deve incentivar firmemente os operários e os membros do campesinato que queiram se formar por si sós (criar uma rede de instituições de ensino pós-escolares, de bibliotecas, de escolas para adultos, casas e universidades do povo, cursos, conferências, cinemas, casas de leitura).
8. Desenvolver amplamente a formação profissional para as pessoas com idade acima de 17 anos, necessariamente ligada aos conhecimentos politécnicos.
9. Abrir os anfiteatros das universidades a todos aqueles que têm o desejo de aprender qualquer coisa, e em primeiro lugar os trabalhadores, permitindo a todos que têm capacidade o acesso ao ensino universitário. Abolir todas as barreiras artificiais entre as novas forças científicas e a cátedra; assegurar a manutenção material àqueles que estudam para dar aos proletários e aos membros do campesinato a possibilidade real de frequentar a universidade.



10. Do mesmo modo, devem ser acessíveis aos trabalhadores todos os tesouros artísticos que foram criados graças à exploração do seu trabalho, e se encontravam até o presente momento à disposição exclusiva dos exploradores.

11. Desenvolver ampla propaganda das ideias comunistas e utilizar o aparelho e os meios do Estado para este fim (Apud OYAMA, 2014, p. 57-8. Grifos nossos).

Faremos aqui dois destaques: o primeiro é para a clareza com que o Partido Comunista assume a importância do reconhecimento de que a instituição escolar deve ser laica, mas não neutra. É, em grande medida, por meio dela que se institui o projeto de governo, e as instituições burguesas sedimentam-se ideologicamente por meio das escolas (pela mão do Estado) fazendo com que os trabalhadores e trabalhadoras não apenas acreditem que o modelo de governo é o melhor, como é o único possível, levando-os a defender ideais que não pertencem à sua classe como se fossem seus. O segundo ponto que gostaríamos de chamar atenção é para o conceito de universalização do acesso à educação e cultura. Muito se fala, nos discursos de governos na atualidade, sobre tal universalização, sendo essa uma das metas da ONU para vencer a pobreza e garantir a paz mundial³. Ocorre que o acesso às escolas, no atual modelo, não significa acesso ao conhecimento universal, e sim acesso à parcela de conhecimentos que instrumentalizarão a classe produtora para que continue a produzir riquezas para a burguesia. Ou seja, na sociedade capitalista, a universalização da educação visa garantir a manutenção do sistema, mantendo a classe trabalhadora limitada a conhecimentos técnicos.

Quando no item 10 do referido documento se reafirma que todos os tesouros artísticos que foram criados às custas da exploração da classe trabalhadora devem tornar-se acessíveis a ela, e que até aquele momento (e ainda hoje) o acesso às artes e à cultura se restringe a um grupo bem pequeno, percebe-se mais claramente a falácia da chamada universalização do acesso à educação e cultura. Krupskaya afirma que a classe trabalhadora deve ter acesso à produção artística e cultural, mas que tais obras não devem repetir a cultura burguesa, devendo-se permitir e subsidiar a criação de uma cultura e arte proletária, que surja da vida e das reflexões

³ De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Art. 26, a educação é direito de todos. Conforme consta: “artigo 26º Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz [...]” (UNESCO, 1948, s/p).



que as pessoas possam passar a ter a partir de tal processo. Não estando mais restrita a um pequeno grupo, é possível que a arte tenha um importante papel no processo revolucionário. Por isso, para ela, a arte possibilita uma forte influência sobre o lado emocional e afetivo, sendo que a “arte pode crescer somente da vida. Quanto mais profunda for a compreensão desta vida, mais forte será a vivência do artista, e mais plenamente ela será refletida em suas obras” (KRUPSKAYA, 2017, p. 102).

A escola burguesa não apenas limita os trabalhadores e trabalhadoras intelectualmente, mas impõe em suas práticas ideológicas uma cultura que incentiva a crença na meritocracia e na competitividade, valores burgueses. Assim, a escola impede o acesso de grande parte da massa de trabalhadores e trabalhadoras aos níveis mais avançados do conhecimento, mas quando o faz propaga a falsa ideia de que, por mérito, é possível chegar a atingir os mais altos postos destinados aos vencedores, os mais esforçados. Isso apazigua a dificuldade de acesso aos estudos, cargos e funções mais elevados e melhor remunerados. Por outro lado, coopta os melhores quadros de dentro da classe trabalhadora, que passam, inclusive, a trabalhar para a manutenção da máquina burocrática que mantém o sistema burguês capitalista. Krupskaya apresenta a questão de maneira bastante nítida em um de seus escritos, discutindo sobre a burguesia britânica:

A burguesia britânica pensa assim: o objetivo do ensino médio é formar um quadro de criados inteligentes para o Estado Burguês. A classe operária, como tal, composta de operários braçais, não pode educar em massa as suas crianças em escolas que as desacostumem ao trabalho físico; apenas alguns escolhidos podem ingressar na escola média, assim, eles saem de sua classe e entram numa classe privilegiada de funcionários do Estado. Se os mais talentosos, mais dotados deixam o meio operário, isso é mais vantajoso para a burguesia; a classe operária está perdendo seus líderes, fica enfraquecida, despersonalizada, e o quadro de servidores do Estado fica reforçado. Assim soluciona-se a questão do acesso à escola média (KRUPSKAYA, 2017, p. 69).

A partir desse ponto, podemos refletir sobre como Krupskaya percebia a educação escolar e seus conceitos referentes à Escola Livre e à Escola do Trabalho.

4. Escola Livre: Educação Omnilateral para Crianças e Jovens



À frente do Comitê Científico da NarKomPros, Krupskaya defendeu um modelo de educação que não mais remetesse à educação burguesa, limitante e alienante, mas que pudesse libertar homens e mulheres de maneira geral, e que permitisse que estes se vissem como parte importante da construção da nova sociedade. Para tal, era imperativo pensar nos sujeitos de maneira ampla, por meio de um modelo de ensino que fosse, ao mesmo tempo, livre, mas que apresentasse as diretrizes definidas pelo Partido Comunista Russo. Pautada em Marx, Engels e nos debates de Lenin, estando responsável pela elaboração dos programas para 1º e 2º graus das escolas soviéticas, Krupskaya defendia um modelo de formação omnilateral, que permitisse e incentivasse o desenvolvimento de todas as potencialidades dos sujeitos, não os limitando (nos conteúdos e na forma). Para chegar ao programa ideal para os padrões soviéticos, Krupskaya buscou desenvolver um modelo que permitisse a coexistência entre os gêneros, sem a prevalência de um sobre o outro, uma escola livre. Mas, como vencer a estrutura machista reproduzida na forma escolar, se sua origem não remonta necessariamente à escola, mas à sociedade patriarcal? Tal revolução somente se tornaria possível aliando a formação dos “novos sujeitos” à construção de uma sociedade de novo tipo, que não estivesse baseada na expropriação e na exploração do trabalho de uns para geração de mais valia para a classe burguesa. Para Krupskaya,

No que diz respeito à escola pública, a burguesia deseja tomar a educação dos filhos dos proletários inteiramente em suas mãos, manter exclusivamente para si a influência sobre a geração mais jovem. Ela torna a escola obrigatória. A escola pública até recentemente era uma escola de ensino. Ela dava aos estudantes alguns conhecimentos elementares: governar massas alfabetizadas é mais fácil do que lidar com pessoas que não são capazes de ler os regulamentos internos ou ordens do governo (...). A escola lhes dá o conhecimento, mas é um presente de grego, ela fornece conhecimento sob condição de assimilação da ideologia burguesa pelos estudantes. Incute neles que a ordem burguesa atual é estabelecida pelo senhor Deus, ela é a mais inteligente, a melhor, a mais justa. As autoridades que governam são as melhores pessoas, elas devem ser obedecidas sem questionar. Na escola, cada dia, cada hora, cada minutos, o estudante executa suas atividades em obediência e respeito aos mais velhos. A adoração pelo poder, pela riqueza e pela educação burguesa é ensinada aos estudantes a partir de pouca idade. (...) Em poucas palavras, a tarefa da escola pública é manter estudantes com a



moral burguesa, diminuir sua consciência de classe fazer deles um rebanho obediente (KRUPSKAYA, 2017, p. 67-8).

A formação omnilateral prescinde a percepção do trabalho como princípio educativo e que, conforme Marx e Engels (2007), é a base ontológica do ser social. O que os seres humanos são, o são em função do trabalho. É o trabalho que nos diferencia dos demais animais, e o ato de planejar e executar, de trabalhar e aprender, é o que nos torna humanos. O desenvolvimento do sistema capitalista fez com que os seres humanos perdessem de vista a dimensão e o princípio educativo do trabalho, uma vez que estamos expostos apenas à sua dimensão produtiva. Produzimos para gerar mais valia e enriquecer os donos do sistema. Estamos, assim, submissos a uma relação em que, quanto mais trabalhamos, menos humanos nos tornamos, ou seja, o trabalho nos desumaniza. Se não sabemos o que produzimos, se não produzimos para nossa realização, não nos reconhecemos em nosso trabalho – é uma relação estranhada.

Mas, por outro lado, se os sujeitos não nascem prontos, mas vão aprendendo, conforme desenvolvem-se, ao tornarem-se seres humanos, podemos dizer que a origem da educação coincide com a origem dos seres humanos,

Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie (SAVIANI, 2007, p. 3).

A formação omnilateral aliada à percepção do trabalho enquanto princípio educativo possibilita que relações de novo tipo possam se constituir nessa mediação dos seres humanos e a natureza. O sistema capitalista, ao se apropriar do trabalho, tornou os seres humanos seres unilaterais, e a omnilateralidade é um conceito que se opõe a essa unilateralidade. Vejamos como a sociedade capitalista se apropria do princípio educativo do trabalho e torna esta uma

relação alienada, resultando num sistema de educação mecânico voltado para finalidades exteriores aos sujeitos.

Nas sociedades tribais, que produzem sua existência de maneira comum e sem uma divisão de classes, da educação depende a sobrevivência humana, sendo o ato de ensinar essencialmente relacionado ao trabalho, sendo ambas categorias históricas e ontológicas.

O desenvolvimento de novas forças produtivas e a alteração no modo de produção modifica também a forma e a importância/direcionamento da educação. A divisão da sociedade em classes, em função da posse dos meios de produção, produz basicamente dois direcionamentos distintos à educação: uma voltada para a classe dos proprietários (mais relacionada a uma formação intelectual, militar e política) e outro modelo para a classe produtora, que necessita aprender a trabalhar vendendo sua força de trabalho: uma educação voltada para as fases do processo de produção, ligada ao trabalho em si. A educação escolar formal se desenvolve mais relacionada ao primeiro modelo, mais voltada ao desenvolvimento intelectual. Assim, surge a separação entre educação e trabalho. Saviani (2007) demonstra que, se nas sociedades primitivas, sem divisão em classes, a educação estava diretamente relacionada ao processo de sobrevivência, à aprendizagem do trabalho nas vivências comunitárias e cotidianas, com a divisão em classes também a educação se torna dividida, estando a educação para a classe trabalhadora relacionada com o aprendizado das profissões e a educação para as elites direcionada ao desenvolvimento intelectual e político.

O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação profissional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a idéia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes (SAVIANI, 2007, p. 6).

Uma nova relação entre educação e trabalho irá se desenvolver com o advento do modo de produção capitalista. Diferentemente dos modos de produção escravista da antiguidade clássica e do modo de produção feudal, o desenvolvimento das relações de mercado coloca em pauta a necessidade da alfabetização de toda a população. Assim, recai sobre a escola toda a responsabilidade da educação, visto que é ela que possibilita o acesso à cultura intelectual. A universalização do ensino deu-se, com o advento a Revolução Industrial, no sentido de os estados nacionais ofertarem uma formação básica essencial para que os trabalhadores e

trabalhadoras pudessem ter o conhecimento mínimo para o convívio social e o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Como algumas atividades nas fábricas exigiam qualificação específica (montagem e reparos em máquinas, por exemplo), a educação formal precisou passar a abranger também o ensino de profissões técnicas. Assim, o ensino formal bifurca-se em escolas de formação geral e escolas profissionalizantes. As primeiras ofertavam a formação mais geral (intelectual) e as profissionalizantes se vinculavam ao exercício de tarefas ligadas diretamente às fases do processo de produção (intelectual e manual). A Revolução Industrial, portanto, segundo Saviani, força a escola a vincular-se diretamente ao processo produtivo, pautando sua organização curricular no atendimento às demandas do processo produtivo capitalista. Na realidade, o que Saviani destaca é que a divisão promovida pela burguesia no âmbito escolar representa a divisão do trabalho na sociedade capitalista, onde para a classe trabalhadora estão destinados os trabalhos (e a formação) manuais, relacionados com a execução de tarefas no processo de produção de mercadorias, ficando destinada para as elites uma formação intelectual, que requer um domínio teórico mais amplo.

A discussão sobre educação e trabalho reside no fato de que a educação deve ser, para os seres humanos, formação que lhes possibilite libertar-se, desenvolver suas capacidades, com fim na liberdade mesma, e não na profissão que lhes permitirá a venda de sua força de trabalho. A educação omnilateral permite aos seres humanos se enxergarem inseridos no processo produtivo de maneira intencional, consciente, o que Marx definiria como a passagem do reino da necessidade para o da liberdade.

A nova escola deveria refletir o novo modelo de sociedade que se construía, e novas relações deveriam ser promovidas. Sem a ação direta do Estado, tal modelo não se implementaria. Assim avalia Freitas, no prefácio da obra de Krupskaya (2017):

Para os pedagogos deste período, a escola deveria estar envolvida na criação da nova vida social, cujas possibilidades estavam sendo abertas pela revolução; portanto, deveria se envolver profundamente na formação de um novo ser humano imersa na vida social. Esta abordagem não deve ser confundida, porém, com uma visão iluminista e idealista de uma escola “esclarecedora” que aos poucos conduziria, por si, a uma mudança da sociedade: deve-se considerar que neste momento já havia ocorrido uma revolução social, que o poder estava agora com a classe trabalhadora em uma fase de transição para o socialismo. Educar as novas gerações com outros



princípios e práticas era imperativo, e uma nova escola deveria ser organizada para lançar-se nesta tarefa de forma imediata, inadiável.

Conforme aponta Freitas, o compromisso dos pedagogos envolvidos na NarKomPros não era de criar um local de controle e de formação de um exército em defesa da revolução, mas um local de cultura, onde as trabalhadoras e trabalhadores russos pudessem ter amplo acesso ao conhecimento artístico, científico e cultural que os elevaria à condição de novos sujeitos em uma nova sociedade, edificando as bases do comunismo.

5. Sem Emancipação Feminina não há Revolução!

Percorreremos, então, essa intencionalidade da submissão da mulher e como tal processo interessa ao desenvolvimento capitalista, caminhando para sua possível superação na construção de relações sociais de novo tipo conforme propunha Krupskaya no modelo escolar soviético no período entre 1918 e 1933, em que esteve à frente da NarKomPros.

Segundo Engels (1984), a primeira forma de divisão do trabalho é a que ocorre entre homens e mulheres na sociedade primitiva, isso em função da procriação. O autor ressalta que a fixação dos agrupamentos humanos primitivos à terra vai ressignificar as relações sociais de sexo, sendo que às mulheres vai, cada vez mais, se destinar a esfera doméstica. Ou seja, podemos dizer que a fixação dos agrupamentos na terra resulta diretamente na fixação das mulheres à esfera reprodutiva. Percebe-se o aprofundamento da relação das mulheres com o lar, primeiro na procriação, depois nos cuidados com os filhos, mais tarde nos cuidados com o lar, com a preocupação com a alimentação da família e na criação de um quintal, de onde ela retira o sustento, por meio do plantio e da criação de animais. Engels afirma ainda que a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. Tal questão é discutida por Krupskaya, no texto “Deve-se ensinar coisas de mulheres aos meninos?”⁴, quando aborda a questão do trabalho doméstico enquanto naturalmente destinado às mulheres:

⁴ Texto originalmente publicado em: Svobodnoie Vozpitanie/Свободное воспитание [Educação Livre], n. 10, 1909-1910. No Brasil, a tradução foi feita por Priscila Marques e integra a antologia *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*, organizada por Graziela Schneider e publicada pela Editora Boitempo. Tradução disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/krupskaya/1910/mes/ensinar.htm>>. Acesso em: 17/12/2019.



Na sociedade contemporânea, a vida familiar está ligada – e isso provavelmente continuará assim por muito tempo – a uma série de pequenos cuidados que se relacionam com a concretização de afazeres domésticos isolados. A futura reformulação da produção e a alteração das condições da vida em sociedade introduzirão significativas mudanças nesse âmbito, mas enquanto a vida familiar estiver ligada a tarefas como cozinhar o almoço, limpar a casa, remendar o uniforme, educar os filhos etc., todo esse trabalho recairá integralmente sobre a mulher (KRUPSKAYA, 1909/1910).

Krupskaya refletia, assim, que as questões de gênero não são naturais, mas que também interessam à organização da sociedade, especialmente à classe que a controla, quando o seu domínio se estende a todas as esferas, grupos e classes, como sendo a única forma de organização possível.

Com o advento da Revolução Industrial, na Europa do século XIX, temos o ápice da exploração do trabalho feminino e infantil nas fábricas, primeiro porque as famílias não tinham onde deixar suas crianças nos horários de trabalho, segundo porque já logo cedo a força de trabalho infantil seria absorvida. Tendo prevalecido o modelo familiar nuclear burguês, cabia ao proletariado a missão de produzir força de trabalho para continuar a possibilitar o trabalho que gerava riquezas nos países centrais do capitalismo industrial. Aqui, novamente a dominação e controle sobre o corpo feminino se transparecem, por meio do modelo de casamento monogâmico, o que, por um lado, garante que a classe trabalhadora mantenha a reprodução familiar (que significa mais força de trabalho para a indústria capitalista) e, por outro, garante a possibilidade da herança, que mantém e protege a propriedade privada. No já referido artigo, Krupskaya reflete:

Nas famílias que possuem meios, esse trabalho cabe a uma empregada contratada: cozinheira, faxineira, babá. A mulher de posses liberta-se de tais tarefas, encarregando outra mulher que não tem, ela mesma, chance de se libertar. De uma forma ou de outra, todo o trabalho doméstico recai exclusivamente sobre a mulher. No meio operário, o marido às vezes contribui com a esposa nos afazeres. A necessidade o obriga. Ao retornar do trabalho, nos feriados, nos dias de folga, o trabalhador por vezes vai até a mercearia, varre o chão e cuida das crianças. É claro, nem sempre e nem todos fazem isso; além do mais, muitos nem sequer sabem fazê-lo (costurar, lavar), e a



esposa, que às vezes também passa o dia trabalhando fora de casa, quando volta, põe-se a lavar roupa, a limpar o chão e fica até tarde da noite costurando, quando o marido há muito está dormindo. Mas se entre os trabalhadores às vezes ocorre de o marido ajudar a esposa com o trabalho doméstico, nas assim chamadas famílias da intelligentsia, por mais desprovidas que sejam, o homem nunca participa desse serviço, deixando que a esposa faça suas “coisas de mulher” da maneira como ela sabe. Um “intelligent” limpando o chão ou remendando a roupa branca seria alvo de gozação de todos à sua volta (KRUPSKAYA, 1909/1910).

Quando avançamos no sentido de ampliação da garantia de direitos, percebemos que o capital faz um rearranjo produtivo, que atinge a esfera reprodutiva. Como historicamente criou-se uma relação patriarcal, que controla a mulher em todos os âmbitos, esta é responsabilizada em grande medida pelos cuidados com os filhos, seja quando está em casa seja quando sai para o trabalho, sendo ainda levada a acreditar que precisa submeter-se a qualquer condição de trabalho para garantir o sustento da família. O sistema do capital apropria-se também de tal relação. Ainda, segundo a autora:

Na imprensa burguesa (em especial do Ocidente), fala-se muito que o trabalho doméstico é um campo no qual a mulher pode empregar suas forças de maneira mais produtiva. A pessoa só cria algo verdadeiramente grandioso atuando na esfera que melhor corresponde à sua individualidade, e os pequenos cuidados domésticos são os mais apropriados à individualidade da mulher. Ela deve se preocupar em ser uma dona de casa exemplar, e não se esforçar para deixar a vida familiar nem concorrer com o homem no campo do trabalho intelectual. Não se trata de desprezar a função de tirar o pó e remendar meias-calças; são tarefas que merecem todo respeito e de forma alguma desprezo. A hipocrisia desse discurso é evidente, uma vez que os homens que saem por aí anunciando seu grande respeito pelo trabalho doméstico jamais se rebaixam a efetivamente realizá-lo. Por quê? Pois, no fundo de sua alma, desprezam essa tarefa, consideram-na coisa de seres menos evoluídos, possuidores de necessidades mais simplórias (KRUPSKAYA, 1909/1910).



Podemos afirmar, de acordo com os estudos de gênero pautados no materialismo histórico-dialético, que não existe uma essência feminina, ao contrário daquilo que nos fazem acreditar os meios burgueses de dominação e alienação, especialmente a TV, por meio de suas novelas, filmes e programas que divulgam o amor romântico e que apresentam mocinhas submissas e “femininas”, e mesmo alguns debates acadêmicos e movimentos sociais atuais, que esvaziam a discussão política relacionada às relações sociais de sexo, naturalizando o gênero e resumindo as pautas feministas às questões supostamente femininas. A naturalização da exploração do trabalho feminino na esfera doméstica, que na realidade serve ao capital na medida em que garante, na esfera reprodutiva, uma força de trabalho alimentada, vestida e descansada conforme o necessitam os patrões, gera outro problema de gênero: a ideia de que há “habilidades femininas” reserva às mulheres, as ocupações mais relacionadas à alimentação, aos cuidados com as crianças e com o lar. Para Krupskaya, “Todas essas conversas sobre a mulher ser ‘naturalmente predestinada’ à execução dos afazeres domésticos são bobagens semelhantes ao discurso que, na época, os donos de escravos faziam sobre estes serem ‘naturalmente predestinados’ à condição de escravos” (KRUPSKAYA, 1909/1910).

Assim, o acesso feminino a determinadas profissões e ocupações aparece como natural. Além disso, como as mulheres possuem determinadas “habilidades naturais”, tais trabalhadoras não precisam capacitar-se (pois já nascem mais habilidosas para tais ocupações) e, por possuírem tais habilidades, as atividades a elas relacionadas nem sequer são vistas como trabalho, justificando sua baixa remuneração. Daí justifica-se, em grande parte, a desvalorização do trabalho feminino, sua opressão, sobrecarga de trabalho, entre outras construções sociais. Ainda em “Deve-se ensinar coisas de mulher aos meninos?”, Krupskaya afirma:

Em essência, não há nada no trabalho doméstico que faça com que ele seja uma ocupação mais adequada para a individualidade da mulher do que para a do homem. Certos trabalhos que exigem grande força física estão acima da capacidade das mulheres, mas por que o homem não pode realizar afazeres domésticos junto com a esposa? A questão não é que esse trabalho seja inerente à esfera das mulheres, mas sim que o marido precisa trabalhar durante a maior parte do tempo fora de casa para garantir o sustento. Enquanto isso acontecer, haverá algum fundamento para que as tarefas de casa sejam realizadas exclusivamente pelas forças femininas. Mas, à medida que a mulher é cada vez mais forçada a também se dedicar a assegurar seu ganha-pão, os



afazeres domésticos tomam um tempo adicional, e não é justo que os homens não contribuam para a sua realização. Da mesma forma, se a profissão do marido permite que ele tenha muito tempo livre, não é justo que ele considere indigno se dedicar ao trabalho doméstico em pé de igualdade com a esposa (KRUPSKAYA, 1909/1910).

Este ponto leva a outro, que é o exército de reserva que se constituirá dessa massa de mulheres trabalhadoras, que colabora, por sua vez, com a superexploração dessa mesma classe. As questões de gênero atingem não somente às mulheres, mas também aos homens⁵, posto que são problemas da classe trabalhadora: a quem interessa essa subvalorização e essa superexploração, senão ao desenvolvimento do capitalismo? Embora ressaltemos aqui as particularidades relacionadas à exploração do trabalho feminino, observamos que esta não é, em essência, exatamente diferente da exploração do trabalho masculino; mais correto seria dizermos que a exploração feminina é agudizada: mesmo que às mulheres sejam destinadas historicamente ocupações menos valorizadas e remuneradas, ambas servem aos mesmos padrões. Por isso, a escola livre deveria combater todos os tipos de exploração e de inferiorização, promovendo a coexistência dos sexos, e possibilitando que mulheres tenham acesso aos estudos sem que sejam imputadas a estas as responsabilidades tidas como naturalmente femininas, como os cuidados com os filhos e com o lar em geral.

Mais do que “Ensinar aos meninos coisas de meninas”, é preciso que se promova uma sociedade de novo tipo, com novos sujeitos, que se percebam corresponsáveis pela organização e realização das tarefas fundamentais à garantia da existência nas esferas produtiva e reprodutiva. E mais, é preciso instrumentalizar o Estado de forma que as tarefas domésticas sejam também responsabilidade coletiva, rompendo com o ranço burguês naturalizado nos casamentos monogâmicos.

A escola livre luta contra todos os preconceitos que arruinam a vida das pessoas. O preconceito de que a tarefa doméstica é digna apenas de seres com necessidades menores abala a relação entre homens e mulheres, introduzindo nela um princípio de desigualdade. Tal preconceito não martirizou apenas uma mulher, não gerou alienação e discórdia em apenas uma família. A escola livre é uma ardente defensora da educação conjunta, uma vez que considera que o

⁵ Tal tema, central na discussão de Krupskaya sobre a escola livre, foi discutido por Saffioti em “O poder do macho” (SAFFIOTI, 1987).



trabalho coletivo e as condições iguais de desenvolvimento favorecem a compreensão mútua e a aproximação espiritual dos jovens de ambos os sexos e, assim, servem de garantia para relações saudáveis entre homens e mulheres. A partir desse ponto de vista, a escola livre, ao ensinar trabalhos manuais, não deve diferenciar crianças de sexos distintos. É preciso que meninos e meninas aprendam da mesma forma a fazer todo o necessário no trabalho doméstico e não se considerem indignos de realizá-lo (KRUPSKAYA, 1909/1910).

A partir da desnaturalização das relações sociais de sexo promovidas e sedimentadas na sociedade burguesa capitalista, Krupskaya avança na construção de uma Escola Livre na Rússia Soviética, tendo como preceitos o trabalho enquanto princípio educativo e a formação omnilateral. Para ela, fazia-se fundamental a construção de uma escola igual para todas e todos, garantindo o que as escolas das classes dominantes já possuíam: local adequado com higiene, roupa apropriada, boa alimentação e ar puro, com o intuito de fortalecer a saúde e a força das novas gerações, independente das condições financeiras de seus pais. (KRUPSKAYA, 2017, p. 52).

Esses seriam os princípios de uma educação para a formação de novos sujeitos. Para Krupskaya, em “Carta a Gorki⁶”,

Os homens devem alargar o seu espírito e o seu coração. Sobre a base deste desenvolvimento individual se formará uma poderosa comunidade socialista de novo tipo, na qual o “eu” e o “nós” se fundirão num todo único. Esta comunidade só poderá crescer sobre a profunda base da coesão ideológica, da aproximação dos corações, da compreensão recíproca. Neste aspecto, a arte, em especial a literatura podem desempenhar um importante papel. Em *O Capital*, de Marx há um capítulo maravilhoso que eu gostaria de traduzir numa linguagem tão simples de modo a que até o mais ignorante pudesse compreendê-lo; é o capítulo dedicado à cooperação, no qual semostra como a colectividade engendra uma força nova, não através da soma de quantos a integram, nem da resultante das suas forças, mas através do seu novo conteúdo, o de uma nova força material, que, nascida da unidade da

⁶ O texto foi escrito por Krupskaya em 1932. A publicação em português está na obra “A moral dos comunistas” — Coleção Biblioteca do Socialismo Científico – Editorial Estampa, Portugal. O texto está disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/krupskaia/1932/09/30.htm>>.



consciência e da vontade, se converte numa força invencível...
(KRUPSKAYA, 1932).

A escola livre, organizada por Krupskaya, preconizava a co-educação entre os sexos, sendo para ela a única forma de garantir justiça social e de acabar com a diferença entre os mesmos. Somente por meio da escola livre, materializada pela classe trabalhadora na construção do socialismo e edificação das bases do comunismo, por meio do trabalho coletivo e em iguais condições, homens e mulheres desenvolveriam a percepção intelectual e a garantia prática da igualdade entre eles (KRUPSKAYA, 2017, p. 142).

A educação é defendida como elemento necessário a todos, independente de sexo e, principalmente, independente de classe social porque, para além da discussão de sexo, o elemento mais discriminador se dava por parte das questões de classe. Uma menina de classe alta tinha acesso à educação, mesmo que limitada, enquanto o menino das classes desprivilegiadas também estava fora das escolas. Nesse sentido e alicerçada em uma proposta comunista, ela reforçou a necessidade de uma educação como elemento de transformação social (LODI-CORRÊA, 2018, p. 241).

Obviamente há outros pontos relevantes na construção da pedagogia socialista para a Escola Livre soviética. A (des)construção das relações sociais de sexo, dimensão que optamos por debater aqui, permite-nos perceber que a classe está atravessada pelo gênero; acreditamos também ser importante demonstrarmos a relevância da educação escolar no processo revolucionário russo.

6. À Guisa de Conclusão...

Durante o período revolucionário na Rússia, Krupskaya atuou ativamente na construção de uma sociedade de novo tipo. Muito mais que “a esposa de Lênin”, Nadejda Krupskaya teve a grande missão de construir uma escola livre de todos os preceitos que historicamente serviram para inferiorizar a classe trabalhadora e restringiam seu acesso ao conhecimento cultural, artístico e científico universal. Era um terreno novo, e havia que se enfrentar muita resistência.

Era preciso abrir uma picada na floresta virgem, trabalhar por sua conta e risco, observar incansavelmente, buscar, cometer erros e aprender com eles.



As condições externas eram extremamente difíceis: miséria material, necessidade de gastar uma quantidade enorme de tempo com trabalhos domésticos e, principalmente, incompreensão total do lado dos mais próximos, até mesmo comunistas. (...) É preciso dar os primeiros passos, depois observar atentamente, tatear o campo para os passos futuros, ver com olhos abertos, não fechar os olhos aos erros, corrigí-los no processo de trabalho, criticamente relacionar-se com seu trabalho e o mais importante: observar, observar, observar (KRUPSKAYA, in PISTRÁK, 2009, p. 106-7).

Munidos do conhecimento referente à escola burguesa e de sólida formação marxista, a construção da Escola Livre teria por base a educação politécnica, buscando instrumentalizar de forma ampla o povo russo, não apenas para o conhecimento técnico necessário à operação de máquinas, mas para uma atuação consciente diante dos mundos do trabalho existentes ou que viessem a existir. O terreno era bastante caótico, e o primeiro passo seria vencer o analfabetismo, herança do governo czarista. Embora a educação politécnica não tenha se implementado plenamente, a União Soviética conseguiu vencer o analfabetismo em um curto espaço de tempo, a educação se universalizou e o país pôde, inclusive, rivalizar com os Estados Unidos econômica e militarmente (OYAMA, 2014, p. 67).

Buscamos aqui apresentar a contribuição de Krupskaya para a consolidação da Revolução Russa, focando em sua percepção sobre a educação para meninos e meninas, e como isso aparecia nos textos escritos por ela, em reflexões ou programas escolares. A escola deveria refletir o projeto de sociedade, mas Krupskaya ressaltava a importância de uma escola laica e autônoma.

Muito embora estejamos discutindo aqui sobre suas contribuições à pedagogia russa, Krupskaya foi uma incansável militante feminista. Com o triunfo da Revolução, a moral sexual repressora e machista, que envolvia a monogamia, a posse sobre o corpo feminino, o aborto, o casamento, eram questões contra as quais Krupskaya precisou lutar, enfrentando resistência inclusive de seus camaradas. Percebendo que sem a luta feminista seria impossível a construção do comunismo, visto que as amarras do patriarcado não são extirpadas no processo revolucionário, tal debate esteve no cerne dos programas escolares que se foram construindo.

No período que sucedeu a Revolução de Outubro, Krupskaya participou ativamente do navio de agitação Estrela Vermelha, de onde pronunciava discursos para a massa. (LODI-CORRÊA, 2018, p. 238). É pela força de sua luta pela edificação de uma sociedade comunista, que a chamamos aqui “Estrela Vermelha”.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KRUPSKAYA, Nadezhda. *Deve-se ensinar 'coisas de mulher' aos meninos?* 1909/1910. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/krupskaya/1910/mes/ensinar.htm>>. Acesso em: 17/12/2019.
- _____. *Carta a Gorki (fragmentos)* 1930. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/krupskaya/1932/09/30.htm>>. Acesso em: 17/12/2019.
- _____. *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão popular, 2017.
- _____. *La educación laboral e la enseñanza*. Moscú: Editorial Progreso, 1986.
- _____. *Acerca de La educacion comunista: artículos y discursos*. Moscú: Ediciones em lenguas extranjeras, s.d.
- LODI-CORRÊA, Samantha. Nadezhda Krupskaya: por uma educação revolucionária. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Salvador, v. 10, n. 3, pp. 236-44, dez. 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/27387/18943>>. Acesso em: 17/12/2019.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OYAMA, Edson Riuitiro. A perspectiva da educação socialista em Lenin e Krupskaya. *Marx e o Marxismo*, v. 2, n. 2, jan/jul 2014.
- PISTRAK, Moisey M.(org.). *A escola-comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- REED, John. *10 dias que abalaram o mundo*. São Paulo: L&PM Pocket, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987 (Coleção Polêmica).
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n. 34, Jan/Abr. 2007.
- SAVIANI, Nereide. Concepção socialista de educação – A concepção de Nadedja Krupskaya. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, pp. 28-37, abr. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art03_41e.pdf>. Acesso em: 17/12/2019.
- UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>>. Acesso em: 16/12/2019.